

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de São Paulo Class.: 161

Data: 10/07/80 Pg.: _____

190

32ª Reunião Anual da SBPC

Cobiça de terras pode aniquilar os yanomani

"Os índios yanomani, pertencentes à última grande nação indígena do mundo, estão seriamente ameaçados de dizimação, caso as terras por eles ocupadas, no Território de Roraima, há séculos, sejam entregues — como pretende o governo — para a exploração de minerais e desenvolvimento de projetos agropecuários e industriais." A denúncia foi feita ontem durante a mesa-redonda realizada sobre o tema "O problema indígena no Território de Roraima", pela Sociedade Brasileira Indigenista. A SBI também responsabilizou os atuais dirigentes da Funai "pelo etnocídio e genocídio que no presente executam, especificamente contra os povos indígenas do Território de Roraima". Acusou ainda os dirigentes do órgão "de meros testas de ferro dos grupos econômicos nacionais e multinacionais."

A antropóloga Jane Beltrão, demitida recentemente da Funai por questionar a política desenvolvida pelo órgão, denunciou o projeto de lei apresentado pelo deputado Hélio Campos, de Roraima, "que prevê a expulsão de todos os grupos indígenas na faixa de 150 quilômetros das fronteiras terrestres do País", alegando que "os índios são agentes potencialmente perigosos para a segurança nacional".

Segundo a coordenadora da Comissão Pró-Índio e da Comissão pela Criação do Parque Yanomani, Cláudia Andujar, o objetivo do deputado Hélio Campos "é, no caso de Roraima, liberar as terras ocupadas pelos yanomani, ricas em minério, aos interesses econômicos". Os índios yanomani ocupam áreas que estão localizadas na fronteira Brasil-Venezuela e a sua remoção — disse Cláudia — "é sinônimo de genocídio".

A coordenadora da comissão Pró-Índio afirmou ainda que "a interiorização das populações indígenas de todo o País — como pretende o deputado Hélio Campos — representará um caos social, já que terão que ser removidos cerca de noventa mil índios, "em diferentes estágios de aculturação".

YANOMANI

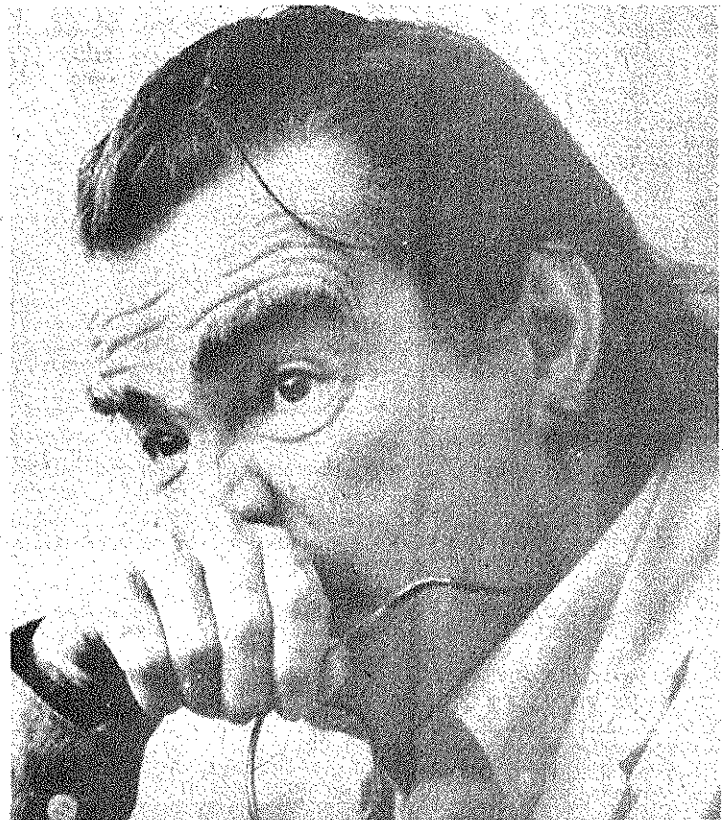
Os debatedores da mesa-redonda apresentaram uma proposta de ação à SBPC, para que a entidade elabore um documento solicitando às autoridades "a urgente criação do Parque Yanomani, pleiteado há dezenove anos". Para Cláudia Andujar, "os dez mil índios yanomani necessitam de dez milhões de hectares, área esta pleiteada na última proposta — a 11.ª em quase duas décadas — entregue ao governo no início do ano para a demarcação das terras indígenas, com a consequente criação do Parque Yanomani.

As justificativas apresentadas pelos autores da proposta — comissão da Funai (que posteriormente foi demitida) e a comissão Pró-Índio — levam em consideração "a ocupação efetiva da terra, que de acordo com os usos, costumes e tradição tribal detém onde habita ou exerce atividades indispensáveis à sua subsistência ou economicamente útil".

Cláudia Andujar afirmou ainda que "ninguém no governo sabe informar onde está a proposta de criação do Parque Yanomani", mas acrescentou que o presidente da Funai já afirmou que a área física pretendida será reduzida, com a liberação da serra Couto Magalhães e da serra de Surucucus, onde estão hoje cerca de seis mil yanomani. Na serra Couto de Magalhães encontra-se um grande filão de ouro e na de Surucucus as pesquisas de mineralogia detectaram cassiterita, tório e urânio.

Segundo outra denúncia apresentada, algumas empresas já estão pesquisando no território indígena. A Docegeo — uma empresa subsidiária da Cia. de Mineração Vale do Rio Doce — sem qualquer convênio com a Funai, iniciou as pesquisas na área. Por outro lado, o "Diário Oficial" do dia 16 de maio publicou a permissão obtida pela empresa Gutierrez "para prospecção de minérios na serra Couto de Magalhães".

A expulsão dos índios do Território de Roraima é solicitada até pelo governador Ottomar de Souza Pinto, brigadeiro da Aeronáutica, segundo afirmou o missionário Carlos Zacquim. Conforme disse, o governador de Roraima "pleiteou, recentemente, junto ao ministro do Interior, Mario Andreazza, a invasão das terras indígenas por garimpeiros e a delimitação dos campos naturais, apenas por ser esta delimitação indispensável ao fornecimento de títulos de propriedade aos fazendeiros que estão ao redor das aldeias".



O antropólogo Darci Ribeiro participará do Tribunal Bertrand Russel.

Crime contra índio vai ter julgamento

O antropólogo Darci Ribeiro anunciou ontem que o Tribunal Bertrand Russel estará reunido em novembro, na Holanda, "para julgar os crimes praticados contra os índios na América Latina". Foram convidados a participar do encontro, além de Darci Ribeiro, quatro antropólogos: dois europeus, um colombiano e um argentino.

O Tribunal Bertrand Russel, para Darci Ribeiro, representa um dos mais importantes instrumentos de pressão, existentes. Ele lembrou as repercussões ocorridas em todo o mundo após o julgamento dos "crimes de guerra no Vietnã". Disse ainda que levará denúncias da ação

arbitrária do Estado contra os indígenas brasileiros. O governo, segundo ele, "tem sido um péssimo tutor do índio, fato agravado após 1964 e que se consumou com a criação da Funai".

Darci Ribeiro denunciou ainda — durante a realização da mesa-redonda "Por uma antropologia mais leal: como devolver aos índios o que aprendemos deles" — a demissão de 38 indigenistas da Funai, substituídos "por militares e ex-agentes do SNI, pessoas totalmente desligadas da realidade indígena".

"Para se ter uma idéia — disse Darci Ribeiro — a atitude da Funai pode ser comparada a uma intervenção militar em um hospital, com a substituição dos médicos por sargentos."